

## A nova onda de derrubada das estátuas

José Francisco Alves

Doutor e Mestre em História da Arte, Especialista em Patrimônio Cultural, Bacharel em Escultura e professor do Atelier Livre Xico Stockinger (P. Alegre, Brasil). Membro da AICA, ICOM e ICOMOS. Investigador do CIEBA, FBAUL,

Em razão da revolta contra a morte de George Floyd por policiais em Minneapolis, EUA, em 25 de maio de 2020, todos nós pudemos acompanhar online os inúmeros e violentos protestos pelo mundo que se seguiram, muitos dos quais resultaram em mortes e destruição. Pouco a pouco, os protestos pela Justiça e punição aos policiais, assim como pelo fim do preconceito<sup>1</sup> contra o povo negro, ampliaram-se em causas. Como exemplo dessas causas, a lembrança do genocídio indígena nas Américas e a luta pela “descolonização”. Com estas justificativas, como de hábito, voltaram-se multidões genuinamente abaladas, revoltadas, assim como pequenos grupos de mascarados, às escuras, contra monumentos erguidos por gerações predecessoras em espaços públicos, destruindo, vandalizando ou fazendo serem removidos.

Assim, os alvos mais comuns nos EUA foram monumentos confederados que ainda restam – o lado escravagista na Guerra Civil Americana (1861-1865). Mas a fúria iconoclasta estendeu-se a outros monumentos, como a estátua de um ex-prefeito de Filadélfia (EUA), estátuas de escravagistas na Inglaterra, monumentos ao Rei Leopoldo (1835-1909), monarca belga considerado como genocida do povo congolês, e estátuas de colonizadores – conquistadores – espanhóis nos EUA (Novo México). Não bastasse, hordas desorganizadas e/ou grupos militantes atuantes investiram também contra estátuas de personalidades em vários países, a exemplo de, nada menos, Churchill, De Gaulle, Lincoln, Rainha Vitória, Baden Powell, Cristóvão Colombo, Júlio César e até mesmo o Padre Antônio Vieira.

O espetáculo em que acabou se tornando os atos de vandalismo contra estátuas inanimadas, como forma de “justiça social” ou rescrita da história, extrapolou as causas dos protestos originais e instigou casos pelo mundo. Tais manifestações também consagraram o fenômeno da “necessidade” de se obter fotografias posadas, bem produzidas pelos manifestantes, com o objetivo de se publicar nas redes sociais, numa forma de *estetizar* os protestos: ser subversivo, com estilo e com muitos “likes”! O fenômeno instiga os demais; pois, como é possível estar fora da onda?

No Brasil, ditos militantes de movimentos sociais e entendidos em história e movimentos sociais logo começam a fazer listas *negras* do que eles acham que deva ser destruído ou removido imediatamente. O apelo em prol da destruição mostra o quanto é mais forte deitar terra abaixo um patrimônio cultural e artístico do que a consciência e os esforços em recontextualizá-lo, preservá-lo e conservá-lo. Exemplos em Porto Alegre, Brasil, são os monumentos a Zumbi dos Palmares (líder de quilombos de escravos fugitivos no Séc. XVII, no litoral da Região Nordeste), ao “Almirante Negro” (marinheiro líder da Revolta da Chibata, Rio de Janeiro, em 1910) e aos Mortos e Desaparecidos da Ditadura Militar (inaugurado em 1995). Estes monumentos foram ao longo do tempo completamente abandonados não só pelas autoridades municipais, mas pelas inúmeras entidades, militantes e movimentos populares que os pleitearam. A isso, estenda-se a grande maioria dos monumentos brasileiros: quem os ergueu foram os primeiros a os abandonarem, não importa a causa.

1 - Eu não uso o termo “racismo” porque o considero um termo preconceituoso por si só, eis que não existem raças de Homo Sapiens, só uma, a Raça Humana, e não vejo motivos para a insistência no erro, embora reconheço que o termo arraigou-se como referência ao preconceito étnico, de cor da pele, com relação aos afrodescendentes.

Mas este tipo de destruição está longe de ser uma novidade, pois a associação da arte pública com a violência não é nada de novo. Na antiguidade do Oriente, a queda de cada dinastia chinesa era acompanhada pela destruição de seus monumentos públicos. A algum faraó deposto no Antigo Egito, os seus feitos eram apagados de hieróglifos, estátuas e relevos. Também a era moderna trouxe politização à esta iconoclastia, como o fez a Comuna de Paris, em 1871, que pôs abaixo a Coluna da Place Vendôme como o ato simbólico de encerramento o regime anterior, logo restituído com mais força. Também as disputas violentas em torno de monumentos são antigas. Um exemplo está na origem da data mundial de 1º de Maio, em 1886, em Chicago. Após os conflitos originais (protestos, marchas pela jornada de trabalho de 8h diárias), monumentos resultaram de ambos os lados: uma estátua a sete policiais mortos em explosão e o monumento aos quatro militantes executados como “autores” do atentado. Assim, houve uma sequência de tentativas de um lado e de outro em destruir o monumento do oponente.

O caso de destruição maciça mais devastadora de arte em tão pouco tempo foi com certeza a onda de demolição dos monumentos erguidos sob o regime dos países do antigo bloco soviético, que começou a ruir em 1989. Mas os eventos pontuais também deixam a sua marca. Entre estes espetáculos recentes está o episódio do Iraque, em abril de 2003, talvez pela primeira vez ao vivo para o mundo inteiro. Na derrocada do regime de Saddam Hussein a sua principal estátua foi derrubada pelos soldados americanos com a bandeira dos EUA sobre o bronze partido; às pressas, a bandeira foi trocada pela do Iraque e inseriram na cena os cidadãos daquele país. Anos depois, o fugitivo Saddam foi preso, julgado e enforcado. Porém, as cenas mais representativas de sua queda são as da sua estátua sendo demolida e não as imagens de sua execução. É o poder simbólico do monumento posto à prova.

Na história de Porto Alegre, a capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), não se regista, porém, casos públicos de destruição de monumentos por ação política ou social, embora tenha havido situações a um passo disto. Como no exemplo de um monumental busto de Otto von Bismarck (erigido por volta de 1903), comissionado pela comunidade germânica, que existia no Clube Caixeiros Viajantes, que foi muito possivelmente retirado e escondido (condição que

misteriosamente perdura até os dias atuais) para evitar a sua destruição por brasileiros inflamados, em função da I Guerra Mundial, na qual a Alemanha era inimiga de guerra. Outro marco erigido em Porto Alegre passou por uma situação similar: o “Monumento aos Alemães Porto-alegrenses Mortos na Grande Guerra” (construído em torno de 1920), que se localizava em um outro clube de ascensão germânica, a SOGIPA. Em lugar de ser destruído, dessa vez em razão da II Guerra Mundial, o monumento foi transmutado em pira “olímpica”.

O convívio com os monumentos que tentam ligar o passado com o presente é marcado muito mais pela indiferença que a sociedade brasileira como um todo tem com eles do que com um entendimento do público com as mensagens que os marcos comemorativos realmente contêm. No lugar da destruição – literal ou oficial –, a arte pública no Brasil sofre de desconsideração. Nesse caso, mesmo os raros exemplos de destruição deliberada, não motivada pelo vandalismo, roubo e descaso administrativo, têm a sua origem em nem mesmo considerar a existência da obra, do monumento. Como eu me referi acima, os que comissionam os monumentos são os primeiros que os esquecem.

Mas manter monumentos a quem impingiu desgraça, a indivíduos ou grupos que tomaram ou exacerbaram o poder e impingiram sofrimento ao seu próprio povo ou a outras culturas, tem sentido? Este é, de facto, um assunto mais complexo do que aparenta. Todos os casos que vimos este ano, em vários aspetos, são muito desconectados. O que vale para uma sociedade e contexto pode não valer para outra. Mas a resposta é sim, monumentos podem ser removidos. Só não deve ser, obviamente, tais remoções ou transformações de monumentos decididas pela escolha da turba em protesto, ou mesmo pela opinião de “entendidos” de grupos de WhatsApp, Facebook, etc. Acontece que de forma institucional a sociedade, e também artistas, como o polonês Krzysztof Wodiczko (vale pesquisar o que ele tem feito sobre monumentos questionados), têm encontrado maneiras críticas de enfrentar o difícil problema.

Na Hungria foi criado o Szoborpark Múzeum (Museu-Parque da Estátua), que reúne monumentos do regime 1945-1989 realocados no museu. Esta foi uma saída local para a questão, mas com certeza os organizadores podem não ter se sido totalmente corretos em suas escolhas de retirada de monumentos para aquele lugar. Porém, vale como um exemplo de preservação de obras de arte que guardam histórias oficiais recontextualizadas, revistas. Outro caso, talvez o mais notável exemplo mundial, é a Lei da Memória Histórica de 2007, na Espanha. Por anos, o país discutiu a impregnação da nefasta Ditadura de Francisco Franco (período 1939-1975), a ponto de definir, entre outras medidas, as condições para varrer do espaço público os monumentos franquistas, bem como a mudança de nome de logradouros relativos àquele regime. Até mesmo os restos mortais do ditador foram removidos do Monumento Nacional Vale dos Caídos, em 2019, em decorrência deste Lei.

Antes deste ano, os casos mais recentes de monumentos questionados, a ponto de suas remoções, têm sido justamente nos EUA, em algo simplesmente inimaginável há pouco tempo atrás: uma retirada em massa de monumentos e símbolos confederados, impregnados na cultura e na vida institucional de grande parte dos estados americanos. Com os protestos pela morte de George Floyd, estes movimentos e decisões oficiais receberam um novo impulso, para que ocorram em mais locais. Um dos exemplos recentes deu-se justamente em consequência do assassinato de oito afroamericanos por um supremacista branco, em Igreja Metodista de Charleston, em 2015. Isso levou o legislativo do estado da Carolina do Sul a aprovar um mês depois a lei que retirou do prédio do Capitólio Estadual a infame bandeira do Exército Confederado. Algo altamente simbólico, a extinção de um culto centenário – uma reverência oficial – aos secessionistas de 1861, escravagistas.

Não caberia aqui a relação das centenas de monumentos confederados retirados do espaço público e em vias de remoção, tais como várias estátuas e bustos do General Robert E. Lee, o mais cultuado militar da história do EUA, para ter-se uma noção da dimensão do que atingiu até o momento o necessário movimento em curso, que não é de agora, a mostrar a disposição daquele país em fazer um ajuste de contas simbólico, com monumentos nacionais

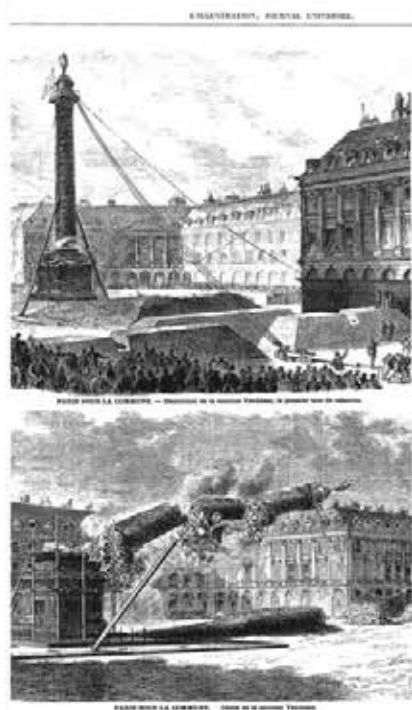
e estaduais consagrados. O que podemos afirmar é que mesmo com a retirada de todas estas estátuas não terá se evitado que mais casos como o de Floyd ou do massacre de Charleston sejam impedidos, o preconceito vai muito além da pedra e do bronze destes símbolos escravagistas. Mas é um dos caminhos, isto que está a ocorrer nos EUA.

Considero que a remoção de monumentos não é um caminho ideal. Se necessário, as instituições e as sociedades de forma democrática podem e devem debater sobre isso, mas é sempre arriscado. A iconoclastia ao longo da história é uma prática do lado vencedor do momento. A vontade de apagar um regime anterior ou “reparar” a história, por meio da iconoclastia, é tentadora. Mas nem sempre estátuas cairão. Só para citar um exemplo surpreendente, não direto ao assunto em tela, pelo menos em Cuba, se houver um câmbio radical de regime num futuro próximo ou distante, não cairá uma sequer estátua de Fidel Castro, pelo simples fato de que lá é proibido erigir estátua, denominar logradouros, instituições e coisas do gênero ao líder da Revolução Cubana, falecido em 2016.

Também a vontade de apagar memórias questionáveis, em vez de discuti-las, mostra o quanto sobre o assunto não há sequer memória recente. Esquecidos foram os meses de protestos que abalaram o Chile, no final de 2019, cujos monumentos foram os alvos prediletos, com 329 deles vandalizados. As multidões de jovens e grupos organizados atacaram, entre outros, monumentos a líderes da Guerra do Pacífico (marco da história chilena), conquistadores espanhóis, Rubén Darío, Lincoln e até mesmo o deus Mercúrio. Como resultado, em janeiro desse ano, grupos de extrema direita marcaram a posição deles sobre o Chile atual. Vandalizaram estátuas de Allende – numa delas picharam “Viva Pinochet” – e o túmulo de Victor Jara, músico e professor assassinado pela Ditadura Militar (1973-1990). Transmudar a luta ideológica, a disputa por ideias, ao terreno dos monumentos que estão imóveis no espaço urbano, pode resultar que nada fique de pé, que não venha a sobrar nada.

Hoje, simplesmente não pensamos que os monumentos da geração presente podem logo adiante também ser revisados, e com mais fúria ainda. Por exemplo, no Brasil, há monumentos aos caídos e perseguidos pela Ditadura Militar (1964-1985), embora poucos em relação à países como Chile, Argentina e Uruguai. Porém, se um dia parte

da sociedade quiser revisar esta visão, essa lembrança sofrida sobre o Regime Militar, e resolver destruir estes monumentos? Afinal, o sujeito que diz que não houve essa ditadura recebeu 57.797.847 de votos e governa e representa o Brasil, até pelo menos 2022. Basta ele ter o poder total que almeja e fará ele mesmo a sua própria revisão das estátuas. A Fundação Palmares, que já começou a *riscar* nomes de personalidades negras nacionais, talvez vá propor retirar também os monumentos a Zumbi, ao Almirante Negro, e por aí a fora.<sup>2</sup> Como visto, muitos são os interessados pela derrubada de estátuas.



**A demolição da Coluna Vendôme pela Comuna de Paris, 16 de maio de 1871.** Gravura publicada em *L'illustration, Journal Universel*, [s/l, s/d].

2 - A Fundação Palmares é uma instituição pública brasileira, criada por lei nacional em 1988, vinculada então ao Ministério da Cultura (extinto em 2019), com os objetivos de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Jair Bolsonaro indicou para a presidência da Fundação Palmares um indivíduo negro, cujas primeiras palavras foram as de que “não havia racismo no Brasil”. Em dezembro de 2020, a Fundação Palmares, retirou da “Lista de Personalidades Negras” brasileiras 27 personalidades e seus respectivos textos biográficos, entre eles, atores e músicos como Leci Brandão, Zezé Mota, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Martinho da Vila.



István Kiss. **Monumento à República dos Conselhos**, Memento Park, Hungria. Uma das obras do Parque de esculturas recolhidas do regime socialista da Hungria, 1945-1989. Imagem: Gilberto Perin Photo .